

RELATÓRIO FINAL DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DA CIDADE DE SÃO PAULO – CMDPD-SP

A V Conferência Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência da Cidade de São Paulo – CMDPD-SP, na qualidade de fórum de participação e deliberação dos Direitos da Pessoa com Deficiência, teve como tema central: “**Cenário Atual e Futuro na Implementação dos Direitos das Pessoas com Deficiência: Construindo um Brasil mais Inclusivo**”, sendo promovida pelo CMPD – Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência nas instalações do Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso, situado na Avenida Deputado Emílio Carlos, nº 3641, Vila Nova Cachoeirinha, nesta Capital, no dia 28 de outubro de 2023, sábado, no período das 10h às 17h. Em 27 de fevereiro de 2020, iniciou-se o processo conferencial para a realização da V Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O Decreto Federal nº 10.255, de 2020, convocou a V Conferência e apresentou o seu tema: “**Cenário Atual e Futuro na Implementação dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Construindo um Brasil mais Inclusivo**”. Originalmente convocada para acontecer em dezembro de 2020, a V Conferência Nacional foi adiada várias vezes devido à pandemia de Covid-19, que afetou o mundo todo, estando atualmente prevista para ocorrer no período de 14 a 17 de julho de 2024, em Brasília.

As Conferências Nacionais preveem duas etapas regionais que as antecedem: as Conferências Estaduais e as Conferências Municipais, que além de efetuarem o levantamento de propostas, estratégias e diretrizes, também promovem a eleição dos delegados para a etapa seguinte.

Por conseguinte, nesta Conferência foram eleitos os delegados que representarão a Cidade de São Paulo, para defender as propostas aprovadas neste dia na Conferência do Estado de São Paulo, agendada para março de 2024.

A etapa municipal do processo conferencial, concluída pelos conferencistas, se reveste assim de grande importância, pois possibilitou a discussão e a formulação de propostas sobre as necessidades locais da população paulistana com deficiência. Vale destacar, que ela faz parte de uma construção coletiva de propostas de âmbito municipal, estadual, distrital e nacional, e que tem início justamente nos territórios, que é onde as pessoas devem ter o seu direito garantido como pessoa com deficiência. Não é, portanto, uma ação isolada, mas sim um processo amplo de diálogo e participação da sociedade civil na gestão pública na área da pessoa com deficiência, fortalecendo e assegurando a luta pelos direitos desse segmento.

Às 10h15, iniciou-se a V Conferência Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo com a instalação da sua Mesa de Abertura, composta pelas seguintes autoridades: **Dra. Renata Flores Tibyriçá**, Defensora Pública do Estado de São Paulo e Coordenadora do Núcleo Especializado de Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência; **Sra. Dika Vidal**, Secretária Municipal Adjunta das Pessoas com Deficiência da Cidade de São Paulo, representando o **Sr. Ricardo Nunes**, Prefeito da Cidade de São Paulo; **Sra. Anna Paula Feminella**, Presidente do CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; **Sra. Gersonita Pereira de Souza**, Conselheira do CEAPcD - Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência de São Paulo e Conselheira do CMPD - Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, representando a **Sra. Letícia Françoço**,

Presidente do CEAPcD; **Sra. Marly dos Santos**, Presidente do Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência de São Paulo - CMPD.

Usando a palavra, a Presidente do CMPD, Sra. Marly dos Santos, começou sua fala se autodescrevendo e agradecendo aos conferencistas pela presença e enfatizando a importância deste momento para o seguimento. Relatou ainda o cronograma desta Conferência, os procedimentos adotados e importância deles para a boa condução dos trabalhos do dia. Destacou parceria com a SMPED – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, que sempre apoia as atividades do CMPD.

A Presidente do CMPD falou também sobre a relevância de se discutir novas políticas públicas para o Município, destacando, por fim, que as pessoas com deficiência presentes nesta Conferência são essenciais para o sucesso desse trabalho. Também comunicou aos presentes que, conforme o documento do **CONADE**, para validar as Conferências Municipais realizadas antes da convocação feita pela Portaria GM/MDHC N° 217, de 10 de abril de 2023, que dispõe sobre a convocação da V Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, deverão ter suas propostas e delegações ajustadas conforme as disposições do Caderno de Orientação para a Realização das Conferências Municipais, Estaduais e Distrital dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Informou que essa adaptação foi realizada e seria, então, submetida à presente plenária.

A Sra. Dika Vidal iniciou sua fala fazendo sua autodescrição e parabenizando a todos em nome do Prefeito da Capital e da Secretaria Silvia Grecco. Agradeceu a participação dos presentes, e fez uma explanação sobre a Conferência e a importância do CMPD que, ao estreitar o vínculo entre a sociedade civil e o poder público, fortalece as novas políticas públicas em sua eficácia e garante que os direitos da pessoa com deficiência sejam respeitados. Cumprimentou a todos os presentes e agradeceu o convite para sua participação nesta Conferência.

A Dra. Renata Tibyriçá iniciou sua fala fazendo sua autodescrição, deu as boas vindas a todos Conferencistas, e falou um pouco sobre a luta das pessoas com deficiência que enfrentam todos os dias barreiras diversas; falou ainda que as pessoas com deficiência tem que opinar nas políticas públicas em geral para terem a garantia dos seus direitos; encerrou comentando que a sociedade precisa respeitar a diversidade humana.

A Sra. Gersonita de Souza faz sua autodescrição, cumprimentou os demais integrantes da Mesa de Abertura e informou que estava representando a Presidente do CEAPcD, Sra. Leticia Françoço; agradeceu a todos presentes e acrescentou que a luta é de todas pessoas com deficiência e que os Conselhos do segmento representam mais de um milhão de pessoas com deficiência; finalizou sua fala desejando uma excelente Conferência a todas e a todos.

A Sra. Anna Paula Feminella começou sua manifestação dando as boas vindas a todos, afirmando que era uma honra estar nesta Conferência; destacou que, para os direitos da pessoa com deficiência funcionarem, é necessária a presença nos territórios; encerrou dizendo que está esperando uma boa análise das propostas apresentadas para serem encaminhadas ao Conselho Estadual.

Às 11h, encerradas as exposições dos componentes da Mesa de Abertura, a Coordenadora da Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência, Sra. Sandra Ramalho, fez sua apresentação e auto descrição; apresentou, em seguida, os participantes dessa Comissão, sendo eles:

Conselheiras: Marly dos Santos, Sandra Ramalho, Fernanda Bezerra de Sousa Ramos, Maria Frida Emanuele Gonçalves Monteiro, Severina Eudoxia da Silva e Gersonita Pereira de Souza.

Municípios: Reinildo Bispo dos Santos, Carlos Alberto de Moraes da Silva e Maria Imaculada Cândido.

Após essa apresentação, iniciou-se a leitura do Regulamento da V Conferência Municipal pelo cerimonialista, Sr. Eduardo Farsetti; logo em seguida, houve a aprovação do mesmo pela Plenária, por aclamação, sem a ocorrência de alterações.

No passo seguinte, as Conselheiras Gersonita de Souza e Sandra Ramalho explicaram a forma de elaboração das propostas para serem apresentadas, retificadas e aprovadas pelos Conferencistas, sendo um total de 5 (cinco) propostas para a esfera Municipal, 2 (duas) propostas para etapa Estadual e 1 (uma) proposta para a esfera Nacional.

Encerradas as explicações, às 11h45 teve início a Palestra Magna da Conferência, com o tema central "**Cenário Atual e Futuro na Implementação dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Construindo um Brasil mais Inclusivo**", ministrada pela Presidente do CONADE Sra. Anna Paula Feminella. A palestrante iniciou sua exposição fazendo sua autodescrição, saudou a mesa, dizendo que ela estava maravilhosa e agradeceu a participação dos guias intérpretes e intérpretes de libras, enfatizando que são profissionais de inclusão. Acrescentou que as cadeiras vazias eram relativas às pessoas com deficiência que não conseguiram chegar devido às barreiras de acessibilidade. Ressaltou que é preciso se combater o capacitismo, sendo que essa palavra é usada para combater a discriminação contra as pessoas com deficiência e que cada pessoa é diferente e única, mas é preciso que elas se unam para viver sem limites. Falou ainda que não temos a prática de constituir moradias para as pessoas com deficiência, e que não é ocultável que hoje, em 2023, temos pessoas com deficiência institucionalizadas, que vivem em residências inclusivas há muitos anos e sem esses locais não se tem para onde ir. Mostrou que faltam Políticas Públicas para as mulheres que cuidam de outras mulheres com deficiência, e que o envelhecimento nas pessoas com deficiência ocorre independente de raça ou de gênero. Terminou sua fala agradecendo ao CCJ, pelo acolhimento, à SMPED pela parceria nos eventos do CMPD e agradecendo a presença de todos.

Entre as 12h30 e 13h30 houve um intervalo para almoço.

Após esse intervalo, a Conferência prosseguiu, com a apresentação e leitura de propostas para retificação e aprovação dos Conferencistas, bem como com a eleição dos delegados para a etapa estadual.

Seguem no **ANEXO I** do presente relatório as propostas aprovadas pela Plenária, devidamente

separadas por ente federativo e por eixos, consoante as determinações do Regimento Interno, do Documento Orientador da Conferência elaborado pelo CONADE e pelo Caderno de Orientações enviado a todos os municípios de São Paulo pelo CEAPCD.

Da mesma forma, seguem em seu **ANEXO II** as 5 propostas de Políticas Públicas de âmbito municipal, aprovadas pelos Conferencistas, para serem encaminhadas para os poderes executivo, legislativo e judiciário do Município de São Paulo.

DELEGADOS ELEITOS PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL

I. Vagas para os representantes da sociedade civil (12 vagas):

- 1- Carlos Jorge Wildhagen Rodrigues - Titular
- 2- Luciana Trindade de Macedo - Titular
- 3- Marly dos Santos - Titular
- 4- Pamella de Freitas Sairão Scafura - Titular
- 5- Sandra dos Santos Reis - Titular
- 6- Sandra Ramalhoso - Titular
- 7- Márcia Lauton de Oliveira - Suplente
- 8- Caio Pereira de Carvalho - Suplente
- 9- Nicole Aparecida Brito Santos - Suplente
- 10- Reinildo Bispo dos Santos - Suplente
- 11- Eliana Mitie Okamura - Suplente
- 12- Lidia Costa - Suplente

II. Vagas para os representantes do Poder Público (12 vagas):

- 1- Camila Sanches Citro Vertuan - Titular
- 2- Edilene Magalhães da Silva - Titular
- 3- Kathia Aparecida Pressutti Razuk - Titular
- 4- Severina Eudoxia da Silva - Titular
- 5- Tatiana Aparecida Milanez- Titular
- 6- Rosimeire da Silva Lopes - Titular
- 7- Carolina dos Santos - Suplente
- 8- Lucas Gomes de Souza - Suplente
- 9- Luana Nascimento dos Santos - Suplente
- 10- Sidnei Sebastião da Luz - Suplente
- 11- Roseli de Brito Cabral - Suplente
- 12- Sandra Vieira - Suplente

OBSERVAÇÃO: A Lista de Presença dos participantes desta Conferência Municipal, bem como as Fichas de Delegados, preenchidas conforme modelo presente no anexo do Caderno de Orientações do CEAPCD, serão enviadas Comissão Organizadora da Conferência Estadual de São Paulo apartadas, tendo vista registrarem dados pessoais e em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas foram amplamente discutidas durante a Plenária, sendo consolidadas neste texto final. Estas certamente contribuirão para a melhor construção de políticas públicas que garantam o direito à dignidade das pessoas com deficiência.

Constatou-se que o evento organizado, a partir das diretrizes do CONADE e do CEAPCD, cumpriu com objetivos esperados, aproximando as pessoas com deficiência e seus representantes legais a este Conselho Municipal, ou seja, possibilitou a participação social de forma ampla e diversa. Isso pode ser observado na análise da avaliação do evento, na qual 138 participantes expressaram suas apreciações sobre as etapas vivenciadas.

É importante destacar que, de forma geral, o evento foi avaliado por todos os participantes com os seguintes pontos positivos: ótima programação, apoio de todos ao desenvolvimento da Conferência, acessibilidade e resultados finais satisfatórios.

Vale evidenciar que a Palestra Magna, a temática, a metodologia, a estrutura de apoio e os recursos de acessibilidade foram avaliados pelos participantes em mais de 80% com conceitos excelentes e bons.

São Paulo, 28 de outubro de 2023.

Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência da Cidade de São Paulo, com o referendo do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência - CMPD.

ANEXO I - PROPOSTAS ELEITAS NA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DA CIDADE DE SÃO PAULO - CMDPD-SP

PROPOSTAS ELEITAS PARA O ÂMBITO ESTADUAL

Eixo 1 - Estratégias para manter e aprimorar o controle social assegurada a participação das pessoas com deficiência.

1ª Proposta - Mapear os órgãos colegiados do município e saber em quais deles há representatividade da pessoa com deficiência, propondo aos poderes executivo e legislativo a medidas relacionadas à presente proposta, para incentivar a criação de conselhos municipais e o provimento de estruturas para que os conselheiros municipais possam trabalhar no cotidiano das regiões que representam.

2ª Proposta - Implementar e regulamentar a LBI em sua totalidade no Estado.

Eixo 2 - Garantia do acesso das pessoas com deficiência às políticas públicas e avaliação biopsicossocial unificada.

1ª Proposta - Ampliar e garantir em todo o estado os programas de reabilitação sob responsabilidade do Estado de SP, permitindo a reabilitação de pessoas com deficiência sensorial, intelectual e autista, e pessoas com transtornos mentais, as quais ficam desamparadas na dependência de pouquíssimas organizações institucionais que recebem valores absurdos para fazer um serviço extremamente limitado. Tanto como os serviços de reabilitação motora e respiratória oferecendo todos os insumos necessários para o atendimento adequado da pessoa.

2ª Proposta - Assegurar que os profissionais com deficiência, que já tenham trabalhado pelas políticas afirmativas de cotas, não sejam prejudicadas por conta de falta de um laudo de caracterização da deficiência atualizado, o mesmo pode ser revalidado pelo médico do trabalho da empresa empregadora desde que a deficiência seja comprovada como permanente.

Eixo 3 - Financiamento da promoção de direitos da pessoa com deficiência.

1ª Proposta - Ampliar a oferta de medicamentos e de outros insumos/equipamentos na rede estadual de saúde para pessoas com deficiência, como guincho de transferência, pilhas para aparelhos auditivos, baterias e pneus para cadeira de rodas motorizadas, coletes milwake, bengalas, equipamentos de acessibilidade para deficiência sensorial (tecnologias assistivas), inclusive óculos, bem como de alto custo e, inclusive, com a ampliação da entrega em domicílio.

2ª Proposta - Criação e manutenção do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Eixo 4 - Cidadania e acessibilidade.

1ª Proposta - Garantir a implantação e a implementação de um programa educacional e profissionalizante para atendimento de pessoas com deficiência que estão fora da faixa etária para escolarização, com a garantia de transporte acessível para a sua realização.

2ª Proposta - Criar uma Comissão Técnica para acompanhar todas as Leis, Projetos de Lei e Decretos que digam respeito à Pessoa com Deficiência, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, para saber se contemplam a LBI.

Eixo 5 - Os desafios para a comunicação universal.

1ª Proposta - Disponibilizar a presença de profissional Guia Intérprete em todos os eventos públicos.

2ª Proposta - Implementar as leis que garantem a obrigatoriedade de acessibilidade comunicacional para pessoas com deficiência, inclusive para as pessoas surdocegas e com múltipla deficiência sensorial.

PROPOSTAS ELEITAS PARA O ÂMBITO FEDERAL

Eixo 1 - Estratégias para manter e aprimorar o controle social assegurada a participação das pessoas com deficiência.

Única proposta - Incentivar e fomentar que o segmento da pessoa com deficiência se manifeste nos projetos de lei propostos pelas casas legislativas, especialmente os que alterem os direitos desse segmento, além de criar espaços de diálogo entre o CONADE, os conselhos nos quais a pessoa com deficiência tenham representatividade e as casas legislativas, construindo um fluxo para a análise dos projetos de lei de seu interesse.

Eixo 2 - Garantia do acesso das pessoas com deficiência às políticas públicas e avaliação biopsicossocial unificada.

Única Proposta - Garantir uma política pública de amparo às mulheres e meninas com deficiência, em especial visando à segurança das mulheres e meninas com múltiplas deficiências e deficiência visual, baixa visão e surdocegueira vítimas de violência, com o auxílio da Lei Maria da Penha e com medidas como projetos de lei que prevejam, após o óbito de pais ou responsáveis que deixarem seus empregos para cuidar integralmente da pessoa com deficiência, a manutenção do benefício recebido, sem cancelamento de imediato para ser transferido automaticamente para o próximo cuidador, inclusive por avaliação sócio-econômica da família.

Eixo 3 - Financiamento da promoção de direitos da pessoa com deficiência.

Única proposta - Ampliação do número de residências inclusivas e do Projeto de Família Acolhedora para pessoas com deficiência que não tenham familiares que os acolham, para possibilitar a prestação dos cuidados básicos. Esses centros devem ser equipados para atender todas as necessidades das pessoas com deficiência, tendo equipes multiprofissionais devidamente preparadas para o atendimento. Esta proposta visa a cumprir a LBI, especialmente seu artigo 3º, nos incisos 10 a 14.

Eixo 4 - Cidadania e acessibilidade.

Única proposta - Implementar a acessibilidade comunicacional contemplando todas as deficiências, sejam elas Sensoriais ou Intelectuais, em todos os eventos, cursos e demais atendimentos à pessoa com deficiência, fazendo cumprir a Lei Federal 13.146/2015 e o Decreto Federal 5.296, promovendo cursos de capacitação e formação continuada para os servidores públicos que atendem à população, em parceria com entidades especializadas em pessoas com deficiência, principalmente no atendimento da saúde, educação e segurança pública, para melhores condições de atendimento na comunicação e acessibilidade.

Eixo 5 - Os desafios para a comunicação universal.

Única proposta - Disponibilizar a presença de profissional responsável pela acessibilidade comunicacional incluindo Guia Intérprete, Intérprete de Libras e Audiodescrição, em todas as instâncias e espaços de participação da sociedade civil.

ANEXO II - PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ÂMBITO MUNICIPAL ELEITAS NA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DA CIDADE DE SÃO PAULO - CMDPPD-SP

Eixo 1 - Estratégias para manter e aprimorar o controle social assegurada a participação das pessoas com deficiência.

Única proposta - Incentivar a participação das pessoas com deficiência nos conselhos municipais de diversas áreas, garantindo a representação do segmento e a presença das pessoas com deficiência na fiscalização da aplicação e na construção das políticas públicas municipais sobre todos os temas que afetam a vida na cidade.

Eixo 2 - Garantia do acesso das pessoas com deficiência às políticas públicas e avaliação biopsicossocial unificada.

Única proposta - Implementar, ampliar e garantir uma rede de atendimento na qual profissionais de referência em saúde, serviço social, educação, transporte, habitação e segurança, bem como em todos os serviços públicos que contemplem a acessibilidade, possam direcionar e orientar com excelência, contemplando a qualidade necessária para o melhor atendimento, uma vez que se constituem a porta de entrada para esses serviços.

Eixo 3 - Financiamento da promoção de direitos da pessoa com deficiência.

Única proposta - Fomentar a Arte e a Cultura de artistas e instituições culturais voltadas para as pessoas com deficiência, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, tendo em vista a falta de acessibilidade nos projetos atuais neste segmento da área das humanidades, que os tornam invisíveis para o segmento, por meio da destinação de recursos para eliminar, reduzir ou superar barreiras para a promoção do acesso das pessoas com deficiência a todos os eventos e a todo Patrimônio Cultural da Cidade de São Paulo, enfatizando a observação das normas de acessibilidade.

Eixo 4 - Cidadania e acessibilidade.

Única proposta - Promover cursos de capacitação e formação continuada para os servidores públicos que atendem a população, em parceria com entidades especializadas de pessoas com deficiência, principalmente nas áreas da saúde, educação e segurança pública, objetivando alcançar melhores condições de atendimento com relação à comunicação e à acessibilidade, inclusive quanto à fiscalização do respeito à acessibilidade nos estabelecimentos comerciais e governamentais, e garantindo que todas as ações das subprefeituras respeitem as resoluções da CPA sobre a manutenção de calçadas, pontos de ônibus e rampas.

Eixo 5 - Os desafios para a comunicação universal.

Única proposta - Promover o amplo acesso às tecnologias assistivas e às interfaces amigáveis para garantir acessibilidade comunicacional em todo material desenvolvido e veiculado pelo poder público, particularmente pelas Secretarias Municipais da Cultura e da Educação, garantindo acesso às informações, editais, concursos e orientações artístico pedagógicas, viabilizando a interatividade e meios de expressão, inclusive pelos munícipes que produzem, consomem ou participam de projetos de formação cultural e artística.